

VII

Função consultiva



VII. Função consultiva

Em 2023, a Corte recebeu dois pedidos de parecer consultivo. O primeiro, sobre emergência climática e direitos humanos, foi apresentado pelas Repúblicas do Chile e da Colômbia. O segundo foi apresentado pela República Argentina e versa sobre o conteúdo e alcance do direito ao cuidado e sua inter-relação com outros direitos. Em 2022, a Corte havia recebido um pedido de parecer consultivo do Estado mexicano sobre as atividades das empresas privadas de armas e seus efeitos nos direitos humanos.

Desse modo, desde 2023, a Corte tem em tramitação três pareceres consultivos, considerando o detalhamento a seguir.



1. As atividades das empresas privadas de armas e seus efeitos sobre os direitos humanos

Em 11 de novembro de 2022, o Estado mexicano apresentou à Corte um pedido de parecer consultivo sobre as atividades das empresas privadas de armas e seus efeitos nos direitos humanos.

O prazo para o recebimento de observações expirou em 21 de agosto de 2023. Foram recebidas 64 observações. Em 28 e 29 de novembro de 2023, foram realizadas as audiências públicas desse parecer consultivo.

Para acessar o pedido de parecer consultivo e as observações apresentadas pelos diferentes atores, entrar [aqui](#).

2. Emergência climática e direitos humanos



em conta os danos diferenciados que essa emergência causa às pessoas de diversas regiões e grupos populacionais, à natureza e à sobrevivência humana em nosso planeta.

O prazo para o recebimento de observações sobre esse pedido de parecer consultivo expirou inicialmente em 18 de agosto de 2023. Posteriormente, a Corte aprovou duas prorrogações para o recebimento dessas observações até 18 de dezembro de 2023. Foram recebidas 262 observações.

Para acessar o pedido de parecer consultivo e as observações apresentadas por diferentes atores, entrar [aqui](#).



3. O conteúdo e o alcance do direito ao cuidado e sua inter-relação com outros direitos

Em 20 de janeiro de 2023, a República Argentina apresentou à Corte um pedido de parecer consultivo sobre o conteúdo e alcance do direito ao cuidado como direito humano, bem como sua inter-relação com outros direitos.

O prazo para o recebimento de observações sobre esse pedido de parecer consultivo expirou em 7 de novembro de 2023. Foram recebidas 128 observações.

Para acessar o pedido de parecer consultivo e as observações apresentadas por diferentes atores, entrar [aqui](#).